

“Teoria” da reprodução social em debate: uma análise a partir do feminismo marxista socialista

Alana Andreia Pereira¹

Resumo: Neste artigo foram recuperadas algumas análises das principais autoras da “teoria” da reprodução social, não com o objetivo de realizar uma análise imanente de seus trabalhos, e sim, de analisar as principais contribuições, desde uma postura feminista marxiana e socialista, baseada no uso do método de Marx, o materialismo histórico dialético que, guarda certa ortodoxia e não dogmatismos, entendendo que se trata não de uma “teoria” da reprodução social ou “feminismo” da reprodução social, mas de uma categoria analítica valiosa para a luta anticapitalista pela emancipação humana, a categoria reprodução social.

Palavras-chave: Reprodução social. Feminismo socialista. Método materialista histórico dialético.

Abstract: In this article were recovered to some analyzes of the mains authoress of the “theory” of social reproduction with the aim not of carrying out an immanent analysis of their works, but of analyzing the main contributions from a Marxian and socialist feminist stance, based on the use of Marx’s method, dialectical historical materialism, which retains certain orthodoxy and not dogmatism, understanding that it is not a “theory” of social reproduction or “feminism” of social reproduction, but as a valuable analytical category for the anti-capitalist struggle for human emancipation, the category social reproduction.

Keywords: Social reproduction. Socialist feminism. Dialectical historical materialist method.

¹ Doutoranda pelo PEPG em Serviço Social pelo PUC/SP com bolsa integral pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), contando com apoio pelo código de financiamento 001. Assistente Social da SEDUC da Prefeitura Municipal de Jaguariúna.

Lise Vogel em 1985 publicou *Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory*, o livro contou com uma nova edição em 2013. Partindo dos debates sobre o trabalho doméstico, o trabalho reprodutivo e a questão da reprodução da força de trabalho, realizados na década de 70, Vogel recupera a obra marxiana para discutir o conceito que ficou conhecido como Teoria da Reprodução Social (TRS). A atualidade de suas contribuições para o feminismo marxista contemporâneo, assim como para todas as formas de movimentos de mulheres, ao nível internacional, é inquestionável.

Feministas das mais diversas abordagens, na quadra progressista e mais à esquerda, contribuem com uma leitura crítica de suas realidades, buscando mediações e a construção da sonhada unidade entre as “esquerdas”, ou seja, consideram não apenas perspectivas que lutam pelas reformas como conquistas importantes da classe trabalhadora, no interior da luta de classes, por uma perspectiva anticapitalista com o horizonte da emancipação humana, mas também, perspectivas que lutam por reformas dentro do sociometabolismo capitalista (MÉSZÁROS, 2011), ficando mais alinhadas a crítica democrata radical, ou antineoliberal.

As diferentes abordagens da reprodução social, foram analisadas neste artigo, fazendo uma análise imanente do termo e não das autoras, embora se faça presente a preocupação em registrar contribuições e discordâncias com as obras abordadas.

Não se trata de estudar as questões a partir da perspectiva epistemológica, todavia, ontológica, pela finalidade e causalidade, entendo a reprodução social como uma categoria analítica interessante para a compreensão da condição da mulher trabalhadora negra e não negra frente às opressões ideológicas que sofre e a superexploração de seu trabalho, relações essas que se reverberam a partir das relações sociais de produção capitalistas.

As opressões aqui serão tratadas como ideologias (MARX, ENGELS, 2010) a partir da leitura marxiana no termo, ou seja, oposta a crítica, que no caso, compõe o conjunto da obra de Marx e Engels,

que critica tanto a economia política quanto ao sociometabolismo capitalista e suas formas ideológicas de opressão.

Por fim, defendo o uso da reprodução social como categoria analítica partindo da obra marxiana, pelo estudo do método em Marx e autores marxistas que possam contribuir com o adensamento teórico necessário aos argumentos explicitados.

Consensos e dissensos: “teoria” ou categoria da reprodução social

A polêmica entre trabalho produtivo e improdutivo ainda hoje gera os mais diversos posicionamentos, Marx (1978) no capítulo Inédito, resolve a questão ao dizer que todo trabalho poderá ser produtivo a depender da forma como se relaciona com o capitalismo, ou seja, sob qual perspectiva ele é realizado para o capital. Se a cantora lírica canta para encher os bolsos da gravadora que vende diversos discos a partir de uma só gravação de seu canto é produtivo.

Contrariando tal perspectiva, Silvia Federici, como também Selma James, Dalla Costa e outras, partem de categorias do marxismo com o objetivo, entretanto, de provar que o trabalho doméstico é produtivo, acusando o marxismo de negar tal produtividade. Entendem que ao considerar o trabalho doméstico como improdutivo, o desvalorizam em relação ao trabalho fabril, produtor de mercadorias, o que as levou a fazer críticas ferrenhas a Karl Marx.

Vogel, contudo, parte de Marx para fundamentar que, a noção de trabalho produtivo não deriva de uma questão moral, por um não reconhecimento da importância do trabalho reprodutivo da força de trabalho, mas que o trabalho doméstico é improdutivo por não ser controlado diretamente por um capitalista, o que implica medir o valor do trabalho pelo tempo socialmente necessário para a produção.

Wood (2011) quanto a cisão entre público e privado, argumenta que, em sociedades anteriores ao capitalismo, o poder econômico e o político estavam em unidade, o que denotava aos direitos políticos um

valor especial. No capitalismo ocorre a separação entre econômico e político, gerando a desvalorização dos bens políticos. A independência da exploração capitalista permite autonomia ao âmbito econômico em relação às funções públicas que, se configuram a partir de outro âmbito puramente “político”, desconectado da “economia”, permitindo, assim, pela primeira vez na história, a “democracia” somente política, desconectada – ao menos na aparência – de implicações econômicas e sociais.

Vogel (2013) encontrou em Marx as premissas teóricas necessárias a compreensão do funcionamento da reprodução social no capitalismo, que está intimamente atrelado a toda a estrutura de produção social.

As análises de Vogel avançam bastante na esteira das abordagens marxistas com relação à compreensão da classe trabalhadora como um sujeito histórico revolucionário, que não condena ao limbo nenhuma fração da classe-que-vive-do-trabalho (ANTUNES, 2009), entendendo-a tanto como trabalhadores assalariados de ambos os sexos em exercício, bem como, àquelas que trabalham não remuneradamente pelo trabalho doméstico e de reprodução social, também os trabalhadores aposentados, em potencial e futuros, ou seja, a força de trabalho assalariada passada, presente, futura e em potencial (VOGEL, 2013, p. 166). Por isso, segundo Vogel (2013) a família não pode ser considerada o único lugar de reprodução da força de trabalho.

A retomada da obra de Vogel sucedeu com uma nova onda do movimento de mulheres no plano internacional, ficando mais conhecida e fortalecida a partir da publicação do livro *Social reproduction theory: remapping class, recentering oppression*, por uma tradução livre, Teoria da reprodução social: remapeando a classe e recentralizando a opressão de Tithi Bhattacharya, em 2017.

Bhattacharya (2017; 2019) parte da crítica às posturas incoerentes nos movimentos marxistas, principalmente por posturas sexistas enfrentadas tanto por ela como por diversas outras feministas marxistas.

A ideologia é, precisamente, a expressão das ideias burguesas que, a partir da leitura falseada da realidade, universalizam suas ideias como sendo de toda a sociedade. A classe dominante é o poder material dominante, o que lhe outorga também o domínio sobre o poder imaterial – ou espiritual –, exteriorizado por um conjunto de ideias como expressões ideais das relações materiais dominantes (MARX, ENGELS, 2009). Diversos espaços progressistas podem se organizar na luta anticapitalista, isso não garante a desalienação, já que não existe desalienação no capitalismo, como partícipes dessa sociedade esboçamos suas contradições.

A crítica ao antifeminismo proletário dessas autoras, desconsidera as resistências nos coletivos, por exemplo, dos avanços a partir da experiência do “socialismo real existente” com Alexandra Kollontai, Nadezhda Krupskaya, Natália Sedova, Lênin e Trotsky, na União das Repúblicas Socialistas Soviéticas, como também Rosa Luxemburgo na Polônia e na Alemanha, e Clara Zetkin, também na Alemanha. Vale recuperar também a obra de Wendy Goldman (2014), que explica detidamente como se deu o processo de retomada da família e do cerceamento político das condições de vida das mulheres a partir da ascensão de Josef Stalin.

A experiência ou foi ignorada, ou foi tomada pelo conjunto com os partidos comunistas Stalinizados, por exemplo, em Ferguson (2019; 2020), ou Ferguson e McNally (2017).

A TRS por Bhattacharya retrata a condição de vida das mulheres norte americanas, com destaque para as mulheres trabalhadoras brancas e não brancas. Para a autora a TRS percebe o capitalismo como um sistema unitário que, consegue integrar com êxito, ainda que desigualmente, o âmbito da reprodução e produção, implicando na interferência de uma esfera na outra no caso de mudanças. Exemplificando: “Salários baixos e cortes neoliberais no trabalho podem produzir despejos e violência doméstica no lar” (BHATTACHARYA, 2019, p. 104).

Arruzza ao distinguir a reprodução social no marxismo e a reprodução social para o feminismo marxista, explica que

O termo reprodução social, na tradição marxista, normalmente indica o processo de reprodução de uma sociedade em sua totalidade, [...]. Na tradição feminista, entretanto, reprodução social significa [...] a manutenção e reprodução da vida, em nível diário e geracional. [...] designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, [...] e todo caminho até as questões de sexualidade... (ARRUZZA, 2015, p. 55).

O conceito de reprodução social feminista, amplia o debate, condensa inúmeras tarefas, atividades, como os trabalhos de cuidado, que vão muito além do trabalho doméstico, tanto por não se restringir ao espaço físico doméstico, quanto por abarcar necessidades diversas.

Wood (2017) considera que a cisão entre a esfera pública e a privada, também implica em determinadas contradições e opressões que, se realizam em certo plano “extraeconômico”, notadamente, o âmbito falsamente privado, enquanto na esfera pública as opressões seriam repelidas via legislações e discursos morais. A partir dessa divisão a autora entende que algumas opressões podem ser superadas no sentido de serem toleradas pelo capital.

Vogel (2013) e outras autoras da TRS, como Martha Giménez (2019) reconhecem que para o capitalismo, *a priori*, não há diferença entre a força de trabalho de uma criança, mulher, negras, negros, não negros ou negros e homens, notadamente por seu interesse ser em abstrair empregos concretos, explorando o valor e mais-valor via trabalho excedente. Ferguson, analisa que “Em um nível, o capital é agnóstico sobre como “‘obtem’ o trabalho que explora” (FERGUSON, 2019, p. 229).

O capitalismo criou o racismo por cor da pele e incorporou o patriarcado, a sua maneira, mas o capitalismo é um sociometabolismo que se transforma também mediante pressões feitas na luta de classes. Logo, não se pode ignorar o movimento da história, de superações e retomadas de perspectivas reacionárias a todo momento.

Na TRS existem também autoras mais afastadas do feminismo socialista marxista, é o caso do feminismo autonomista de Silvia Federici. Federici (2019a), faz a crítica a existência da “teoria” da reprodução social. Defende a importância da reprodução social enquanto categoria analítica, critica a ideia de tomá-la como teoria.

A compreensão da autora de categoria é bastante distinta da marxiana. Em Marx e Engels (2009; 2010; MARX, 2013), categoria é a característica do objeto de estudo e não o resultado. Todavia, para Federici (2019), o problema seria que a reprodução social não seria uma forma de identificação política, remetendo a falta de identidade, além disso, refere que partir do ponto de vista da realidade da reprodução social, não é o mesmo em si, que adotar uma postura marxista radical em termos gerais.

As autonomistas acusam que, Marx não teria abordado em sua obra a questão da mulher, que o autor não pôde entender a opressão patriarcal no capitalismo. Desde os debates da década de 70 essa perspectiva defende que Marx estaria equivocado ao dizer que só havia exploração no trabalho realizado nas fábricas e oficinas, defendendo que, o trabalho do lar é exploração da mesma forma que o fabril, afirmando inclusive que se trataria de um trabalho produtivo, no sentido de produzir valor e mais-valor.

Para Federici (2019), as mulheres provaram que não precisavam se unir aos homens das fábricas para fazer parte da classe trabalhadora e realizar suas lutas anticapitalistas, o que de fato se comprova historicamente. O problema está em considerar que, ao lutarem autonomamente, devem começar pelo trabalho doméstico, que seria o “centro nervoso” da produção de força de trabalho. Tal luta implicaria primeiro no embate contra os homens da própria família, considerando

que através de seus assalariamentos, dos casamentos e das ideologias, o capitalismo permitiu-lhes dirigir o trabalho feminino não remunerado, disciplinando tempo e espaço.

A leitura da obra de Federici é essencial para toda feminista e para todas/os aquelas/es comprometidas/os com a luta revolucionária socialista, visto que traz elementos da história das sociedades de classes, buscando cobrir, ainda que em muitos momentos unilateralmente, a história das mulheres contada por mulheres. Argumentamos que se trata de uma forma unilateral porquê a autora é impelida a responder com uma história das mulheres a um contexto que massivamente se restringe a contar a história dos homens, ainda que se trate de homens como sinônimo de humanidade, por vezes, desconsiderando as mulheres, desumanizando a mulher para negar sua emancipação política - ou jurídica e civil.

Nesse sentido, é verdade que podemos realizar greves como mulheres, tanto no trabalho doméstico, quanto de sexo, mas é falso que podemos superar o capitalismo com mobilizações autônomas no trabalho doméstico.

Federici, no entanto, preocupando-se com a acumulação originária de capital e os usos da opressão da mulher para este fim, em diversos textos, assim como em um de seus textos mais atuais, de 2019, continua defendendo equivocadamente que, reconhecer que a acumulação originária é um processo permanente no capital invalidaria as interpretações marxianas. Por suas palavras, tal argumento “[...] invalidou a visão de Marx sobre a história em termos de estágios, em que o capitalismo é retratado como o purgatório que precisamos habitar enfrentando o mundo da liberdade e o papel libertador da industrialização” (FEDERICI, 2019, 211).

Marx, não obstante, não referenda a existência de uma acumulação primitiva no início do capitalismo, pelo contrário, faz a crítica a própria ideia de existência da “assim chamada [pela burguesia e seus teóricos] acumulação primitiva”, que partiu de um processo de *acumulação originária*, que se realiza primitivamente, porque lança mão

das mais diversas formas de violência para garantir a exploração e superexploração da classe trabalhadora internacionalmente, sempre que é necessário para o capital reordenar a tendencial queda das taxas de lucro (MARX, 2013).

Federici (2019b) é expoente nas lutas feminista e ecofeministas, trabalha com a ideia do *bem viver*, como a defesa de que sejam retomadas experiências camponesas, de povos originários para contribuir para a revolução pelo comum.

Outra autora que reivindica a “teoria” da reprodução social, pela cronologia uma das propostas mais recentes, é Susan Ferguson. A autora retoma em seu livro² a obra de Vogel e contribui ao colocar a luta contra a opressão no centro da luta contra o capital.

Para Ferguson existem três correntes no pensamento feminista, são elas: *o feminismo da igualdade*, que luta por acesso ao trabalho, cultura e educação, defendendo a importância da igualdade entre homens e mulheres, tanto jurídica, quanto civil, autoras e militantes como Mary Wollstonecrafty e Olimpes de Gouges compõem esta vertente; *o feminismo de igualdade crítico*, aqui se enquadraria o *feminismo socialista*, que diferencia Flora Tristán como representante do início de um feminismo socialista moral como *racional-humanista*, conhecido como socialismo utópico e de outro lado identifica um *feminismo socialista científico* que teria Anna Wheeler e William Thompson como precursores; e, *o feminismo da reprodução social*.

Por suas análises, o feminismo socialista se dividiria entre duas abordagens, uma moral (racional-humanista) que, compreende o trabalho doméstico como essencial, mas a opressão patriarcal como anterior ao capital, o que levaria a compreender a luta feminista como “lutas especiais”, adicionais ou ainda submissas à luta contra o capitalismo (FERGUSON, 2020).

² Para um estudo mais aprofundado e crítico sobre esse livro de Susan Ferguson indico os trabalhos, livros e artigos de Josefina L. Martínez, tais como o livro MARTÍNEZ, J.L., BURGUEÑO, C.L. Patriarcado y capitalismo: feminismo, classe y diversidad. Estado español: Akai, Afondo, 2019.

A abordagem científica (político-econômica), seria base para o desenvolvimento de sua nova vertente, o feminismo da reprodução social, portanto, beberia de uma fração do feminismo socialista para criar seu movimento. Segundo Ferguson, em Wheeler e Thompson encontra-se a possibilidade de que, as chamadas “lutas especiais” sejam em simultâneo, anticapitalistas, já que “A luta contra a opressão das mulheres não é opcional nem contingente. Não deve ser posta de lado se o capitalismo em si, deve ser transformado”³ (FERGUSON, 2020, p. 41).

Ferguson, notadamente identifica talvez um dos maiores equívocos de algumas correntes dos partidos comunistas que se desenvolveu em diversos países a partir da derrocada da experiência da União Soviética. No Brasil, essa tendência *etapista* surge ainda na década de 60 e, é preciso fazer autocrítica, já que ainda hoje existem militantes que fazem essa defesa equivocada. Contudo, essas são expressões da leitura do movimento contraditório da sociedade, bem como expressam a contradição e as formas de capitulação das lutas revolucionárias no interior da luta de classes.

Aspecto que desperta a atenção em Ferguson, é a ausência da história de Vogel como militante socialista e feminista socialista. Vogel (2013) foi atuante no interior da Associação Internacional de Trabalhadores para criar espaços específicos para as mulheres e para as questões das mulheres no interior das organizações socialistas, como parte de sua luta para que o movimento operário adotasse e incorporasse o debate das opressões e as pautas contra as opressões na luta anticapitalista.

Ferguson encontra no livro de William Thompson e Anna Wheeler, *Appeal o fone Half the human race, women, Against the pretensions of the Other halg, men*, publicado em 1825, uma crítica ao feminismo socialista utópico, do qual parte para criar o feminismo da reprodução

³ *The struggle against women's oppression is neither optional nor contingent. It must not be sidelined if capitalismo itself is to be transformed.*

social. Ao criticarem aqueles que concebem as mulheres como responsáveis pelas tarefas domésticas e cuidados de crianças, alisando como uma carga desigual o trabalho doméstico em relação ao trabalho fabril ou produtivo, os autores, para Ferguson, estariam esboçando “[...] as premissas de uma crítica político-econômica do trabalho doméstico das mulheres. [...] eles revelaram a relação contraditória de tal trabalho com o típico trabalho capitalista “produtivo”, estabelecendo bases conceituais do feminismo da reprodução social” (FERGUSON, 2020, p. 41, tradução minha).

Em Ferguson as análises do feminismo socialista aparecem realmente bastante truncadas, a autora salta de Flora Tristán para Engels, compara a obra de Engels (2010) com August Bebel que, é reconhecido por uma postura crítica mais atrelada a social-democracia de sua época.

Em artigo mais recentemente publicado nos Cadernos Cemarx⁵ e também pelo Coletivo Movimento, Susan Ferguson (2019) propõe uma ontologia integrativa entre feminismo interseccional e feminismo da reprodução social. O primeiro aparece subsumido pelo segundo e não integrado, afinal, integrar pressupõe cessões e concessões de ambos os lados.

Ferguson infere junto a Marx (2013) que: “Capitalismo” como uma simples abstração não existe “realmente” (FERGUSON, 2019, p. 226). Atualiza e adensa a afirmação ao dizer que:

⁴ No texto original em inglês: Wheeler and Thompson departed from the rational-humanist critique that conceives of women’s responsibility for housework and childcare in terms of the unequal burden it places on them and instead sketched the premises of a political-economic critique of women’s domestic labour. In the process, they revealed the contradictory relation of such labour to capitalistically “productive” labour, laying the conceptual foundation of *social reproduction feminism*.

⁵ 1 Originalmente publicado em *Historical Materialism*, v. 24, n. 2, 2016, tradução publicada no Cadernos Cemarx. Disponível em: <https://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/cemarx/article/view/2938/2225>.

Há apenas o capitalismo racializado, patriarcal, no qual a classe é concebida como uma unidade de relações diversas que produzem não apenas lucro ou capital, mas o *capitalismo*. Apesar de podermos (e precisarmos) pensar sobre relações discretas para entender a diferença, elas são distintas apenas abstratamente, no pensamento. Uma teoria integrativa é incompleta a menos que ela se mova dessa abstração para nomear a lógica social que informa a unidade existente, concreta, dessas relações (FERGUSON, 2019, pp. 226-227).

Busca criar a tão sonhada unidade entre as “esquerdas” a partir da construção da solidariedade entre as pautas comuns, ressaltando que, o feminismo da reprodução social como parte das “teorias” da reprodução social, avança

Ao considerar o **trabalho como corporificado**, como uma **prática espacialmente localizada sustentando a reprodução da totalidade social**, o feminismo da reprodução social oferece uma concepção teoricamente rica do trabalho como uma unidade diversa. É diversa em sua natureza generificada, racializada, sexualizada (e assim por diante). Mas o **trabalho (re) produtivo (ou atividade humana prática)** é também um momento *unificador*, na medida em que todo corpo que trabalha, diversamente constituído, participa na reprodução de uma realidade social compartilhada, e é uma expressão desse todo social (FERGUSON, 2019, p. 235, *grifos da autora*, **grifos meus**).

Ao utilizar a categoria trabalho, entende que está ampliando o conceito marxiano para trabalho como (re) produtivo e como atividade humana prática. A crítica não é no sentido dogmático, mas na leitura e interpretação dos textos de Marx e Engels que a mesma utiliza como base para criar o conceito de *trabalho ampliado corporificado*.

Por suas palavras, no núcleo do feminismo da reprodução social estaria,

[...] a concepção de trabalho como amplamente produtivo – criador não apenas de valores econômicos, mas da sociedade (e, portanto, da *vida*) mesma. [...] Esse não é o “trabalho” como tem sido entendido pela economia mainstream e pelo marxismo vulgar. É, na verdade, a “atividade humana prática” que cria todas as coisas, práticas, pessoas, relações e ideias que constituem a totalidade social mais ampla – aquilo que Marx e Engels identificaram como “a primeira premissa de toda a história humana” (MARX, 1964, p. 111; MARX e ENGELS, 1932) (FERGUSON, 2019, p. 228).

Os textos citados são: *Manuscritos econômicos filosóficos de 1844* (MARX, 2010) e *A ideologia alemã* (MARX; ENGELS, 2009).

No texto de 1844, justamente na página citada pela autora, Marx está falando sim, do trabalho enquanto categoria ontológica que quando estranhado, ou alienado (MARX, 2013) na forma de trabalho assalariado é totalmente alienado da sua forma ontológica, ou seja, deixa de poder ser meio de objetivação humana, justamente por estar subsumido ao capital (MARX, 1978; MARX, 2013), para evitar equívocos para o leitor, vamos ao texto:

A formação dos cinco sentidos é um trabalho de toda a história do mundo até aqui. [...] o comerciante de minerais vê apenas o valor mercantil, mas não a beleza e a natureza peculiar do mineral; ele não tem sentido mineralógico algum; portanto, a objetivação da essência humana, tanto do ponto de vista teórico quanto prático, é necessária tanto para fazer *humanos* os *sentidos* do homem quanto para criar *sentido humano* correspondente à riqueza inteira do ser humano natural. [...] Na *indústria material, comum* (-que justamente se apreende tanto como uma parte daquele

movimento universal, quanto se pode fazer dela mesma uma parte *particular* da indústria, **já que toda a atividade humana até agora era trabalho**, portanto, indústria, atividade estranhada de si mesma -) temos diante de nós as *forças essenciais objetivadas* do homem sob a forma de *objetos sensíveis, estranhos, úteis*, sob a forma do estranhamento (MARX, 2010, pp. 110-111, *grifos do autor, grifos meus*).

A mesma tarefa de pesquisa foi realizada no texto de Marx e Engels citado pela autora, quando dizem ser o trabalho que diferencia os indivíduos dos demais animais,

Ao produzirem os seus meios de subsistência, os homens produzem indiretamente a sua própria vida material. [...] Trata-se já, isto sim, de uma forma determinada da atividade desses indivíduos, de uma forma determinada de exteriorizarem [...] a sua vida, de um determinado *modo de vida* dos mesmos. Como exteriorizam [...] a sua vida, assim os indivíduos o são. **Aquilo que eles são coincide, portanto, com a sua produção, com o que produzem e também com o como produzem. Aquilo que os indivíduos são depende, portanto, das condições materiais da sua produção** (MARX, ENGELS, 2009, pp. 24-25, *grifos dos autores, grifos meus*).

Tais excertos exprimem que os autores estavam preocupados em comprovar que os indivíduos são e só poderão ser resultado das relações sociais que estabelecem. Considerando que a classe trabalhadora passa a maior parte de seu tempo vendendo sua força de trabalho, se permitindo alienar, aquele trabalho que deveria ser sua forma de se objetivar no mundo, passa a ser forma de alienação. Tais indivíduos só poderão ser alienados e alienantes neste sociometabolismo.

O trabalho é modelo da *práxis* humana como atividade humana que humaniza a natureza, compreender o trabalho pelo valor de uso é

central, mas na sociedade mediada principalmente pelo valor de troca, em Marx e Engels, não há possibilidade de objetivação humana, senão estranhada e/ou alienada. A partir da construção de uma sociedade baseada na produção livre por produtores livremente associados é que se abre a possibilidade para condições humanizadas de superação das opressões capitalistas, por uma sociedade humanamente emancipada com problemas outros que o capitalismo desconhece. O que não significa dizer, como abordado anteriormente, que somente com o fim do capitalismo todas as opressões terão fim, já que o capital tolera e incorpora a sua maneira as necessidades que lhe convém.

Diferente de tais conjecturas, Ferguson diz que:

Marx também inicia com uma concepção compreensiva de trabalho ou “da atividade humana prática” [...] “toda produção é apropriação da natureza pelo indivíduo *no interior e através de uma forma determinada de sociedade*” (MARX, 1973, p. 29) – ele avança na exploração da sociabilidade sistêmica de apenas uma forma de trabalho, aquele realizado para o capital. Observando a relação essencial desse último com o capital, ele ignora em grande medida o papel do trabalho reprodutivo no interior da reprodução total do capital, tratando-o como uma consequência natural do “impulso do trabalhador para sua autopreservação e propagação” (MARX, 1976, p. 275; p. 716). *A rica diversidade do trabalho e dos corpos que trabalham é, desse modo, marginalizada na teoria de Marx sobre o capitalismo*. O feminismo da reprodução social restaura essa diversidade, desenvolvendo o aparato conceitual para compreender o trabalho como uma experiência diferenciada-mas-compartilhada, uma unidade diversa, concreta (FERGUSON, 2019, pp. 230 - 231).

O problema está na compreensão de que Marx faz a teoria social “sobre” o capitalismo e não “do” capitalismo, não se trata de uma forma de teorizar o capital no plano das ideias, mas da busca nos autores do

liberalismo clássico por compreender a economia política clássica, e assim, oferecer a crítica a economia política, a este sociometabolismo em suas formas de relações sociais de produção e demais relações que se desdobram no interior desse sociometabolismo, portanto, estando de alguma forma ou totalmente controladas, ou subsumidas realmente ao capital.

Nesse sentido, não é Marx quem abandona uma concepção compreensiva de trabalho, mas a humanidade de conjunto tomada pelas ideologias. O feminismo da reprodução social só poderia restaurar essa diversidade se fizesse a revolução política com alma social que superasse o capital.

Considerações sobre a reprodução social como categoria analítica para estudos feministas marxistas socialistas

Aprofundando o debate, desde uma perspectiva marxista socialista, a reprodução social pode ser considerada uma categoria e não uma “teoria”. Essa assertiva se fundamenta no estudo das diferenças entre os métodos de Marx e Hegel,

[...] O movimento dialético próprio das categorias ao mesmo tempo objetivas e subjetivas de valor, dinheiro e capital deve ser uma característica do objeto sob investigação e não o resultado de um esquema metodológico imposto de fora[...]. De acordo com Marx, a única exposição dialética adequada de um objeto de investigação é aquela que é sensível à individualidade dinâmica e estrutural do objeto (BOTOMORE, 1988, p. 282).

Quando as autoras da reprodução social defendem que se trata de uma teoria, ou de um campo teórico, elas estão indo contra o próprio movimento dialético das categorias analíticas em Marx. Algo próximo a isso foi realizado com a tão criticada invenção acadêmica de gênero. Marx no *Capital Livro 2* (2014) obtêm a categoria reprodução social em

relação ao seu objeto de análise o capital como pseudosujeito, já que este é uma abstração a partir das relações sociais de produção. Preocupa o autor discutir a produção de capital e a reprodução de capital, assim como no processo de reprodução social interessa a circulação das mercadorias e os processos de valorização do valor.

O movimento dialético das próprias categorias que são simultaneamente, objetivas e subjetivas, por exemplo, de valor, dinheiro, capital, assim como produção e reprodução social, devem ser características do objeto de investigação e não o resultado de um esquema metodológico imposto de fora.

Nesse sentido, é possível considerar que a reprodução social, proposta pelos feminismos: unitário, antineoliberal e marxista socialista, seria uma categoria e não uma teoria; já que o desígnio do estudo não é a categoria ou a pseudoteoria da reprodução social, mas o pseudo-objeto, entendido como opressão de gênero/sexo patriarcal aos moldes do capital e o pseudosujeito como *a condição de vida das mulheres oprimidas na sociedade capitalista*, as sujeitas são as mulheres trabalhadoras e, a classe trabalhadora de conjunto, pensando nas formas de superação das opressões.

Referências

ANTUNES, R. Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2009.

ARRUZZA, C. “Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo”. In: Revista Outubro, n. 23, 1º semestre de 2015. Disponível em: http://outubrorevista.com.br/wp-content/uploads/2015/06/2015_1_04_Cinzia-Arruza.pdf. Acesso em: 26 out. 2021.

ARRUZZA, C. BHATTACHARYA, T. FRASER, N. Feminismo para os 99%: um manifesto. 1ª edição. São Paulo: Boitempo, 2019.

- BHATTACHARYA, T. "Introduction: mapping social reproduction theory". In: BHATTACHARYA, T. *Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression*. London: Pluto Press, 2017.
- BHATTACHARYA, T. "O que é a teoria da reprodução social?" Originalmente publicado em 10 set. 2013 no periódico *Socialist Worker*. Tradução para o português publicada na *Revista Outubro*, n.32, 1º semestre, 2019.
- BOTTOMORE, T. *Dicionário do pensamento marxista*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1988.
- ENGELS, F. *A origem da família, da propriedade privada e do Estado*. São Paulo: Expressão Popular, 2010.
- FEDERICI, S. "Notas sobre gênero em O Capital de Marx". In: MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA. *Movimento: crítica, teoria e ação*. Ano 4, v. 1, n. 11-12, Porto Alegre: Movimento, 2019.
- FEDERICI, S. "Social reproduction theory, History, issues and present challenges". In: *Radical Philosophy*, Issue 2.04, series 2, 2019a.
- FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. Tradução Coletivo Sycorax. São Paulo: Elefante, 2019b.
- FEDERICI, S. *O Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Tradução: Coletivo Sycorax. SP: Elefante, 2017.
- FERGUSON, S. "Feminismos interseccionais e da reprodução social: rumo a uma ontologia integrativa". In: MOVIMENTO ESQUERDA SOCIALISTA. *Movimento: crítica, teoria e ação*. Ano 4, v. 1, n. 11-12, Porto Alegre: Movimento, 2019.
- FERGUSON, S. *Women and work: feminism, labour and social reproduction*. London: Pluto Press, 2020.

- FERGUSON, S., MCNALLY, D. Capital, força de trabalho e relações de gênero. *Revista Outubro*. Nov 2017. Disponível em: <http://outubrorevista.com.br/capital-forca-de-trabalho-e-relacoes-de-genero/>. Acesso em: 17 out. 2021.
- GIMÉNEZ, M. Marx, women and capitalist social reproduction. Leiden-Londres: Brill, 2019.
- GOLDMAN, W. Mulher, Estado e revolução: política familiar e vida social soviética, 1917-1936. São Paulo: Boitempo: Iskra Edições, 2014.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro 2: o processo de circulação do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.
- MARX, K. O capital: crítica da economia política. Livro 1: o processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013.
- MARX, K. Manuscritos econômico-filosóficos. [1844] São Paulo: Boitempo, 2010.
- MARX, K. A ideologia alemã. 11ª edição – São Paulo: Expressão Popular, 2009.
- MARX, K. O capital. Livro I. Capítulo VI (inédito). 1ª edição. São Paulo: Livraria Editora Humas LTDA, 1978.
- MÉSZÁROS, I. Para além do capital: rumo a uma teoria de transição. São Paulo: Boitempo, 2011.
- VOGEL. L. Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory. Chicago, IL: Haymarket Books, 2013.
- WOOD, E. M. Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico. São Paulo: Boitempo, 2011.